



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 456/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO : Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA : Solicitação de dados de ocorrências de incêndio em vegetação atendidos pelo Corpo de Bombeiros no estado de São Paulo, separados por mês e município em 2021, constando local do incêndio. Resposta incorreta encaminhada. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 456/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a dados de ocorrências de incêndio em vegetação atendidos pelo Corpo de Bombeiros no estado de São Paulo, separados por mês e município em 2021, constando local do incêndio.
2. Em resposta e em recurso, o órgão enviou as informações ao interessado. Alegando que as informações encaminhadas não atendiam ao solicitado, o requerente interpôs o presente apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. O órgão foi instado a se manifestar. Porém, ficou-se em silêncio.
4. Deve-se consignar que tal direito de acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir o procedimento previsto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) e das disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Diante do exposto, constatado que o órgão não atendeu a demanda na forma solicitada pelo interessado, nem indicou as razões de fato da recusa, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

São Paulo, 15 de novembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado

SEGOVDES202138107A